

Sobre Planos e Políticas, na luta feminista

Indiscutivelmente, uma conferência de políticas tem sua utilidade. Em geral percebida, pelos próprios movimentos, mais como espaços de negociação e debate, do que como um instrumento de gestão, as conferências de políticas públicas têm também sido importantes instrumentos de orientação para a ação governamental. Este é o caso da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que definiu o escopo e as diretrizes nas quais assenta-se o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, elaborado no esforço conjunto das integrantes do grupo de trabalho, reunindo a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, CNDM e técnicos de distintos ministérios.

O Plano coloca em novas bases os termos do debate e propostas de políticas: assenta-se na idéia de promoção da autonomia das mulheres e propõe a igualdade como horizonte. Um posicionamento estratégico importante para a luta feminista, no contexto atual.

Entre suas prioridades: o acesso à terra e à moradia, a igualdade no mercado de trabalho, creches e pré-escolas, atenção integral à saúde da mulher, combate à violência e o objetivo de "rever a legislação que trata da interrupção voluntária da gravidez". Ousadias - em tempos de fundamentalismo e hegemonia neoliberal - mas em consonância com as deliberações da Conferência.

Lançado e sustentado politicamente pela Ministra Nilcéa Freire, em cadeia nacional de TV, o Plano enfrenta agora os obstáculos para sua implementação. O primeiro deles emergiu na mídia: o pensamento conservador e fundamentalista presente entre certa parte das lideranças religiosas e políticas.

Mas há outros, tão difíceis quanto este. É o caso do financiamento das políticas públicas. O Plano, tal qual divulgado, ainda não apresenta cronograma de execução e estratégia de financiamento. Pode-se afirmar, entretanto, que um obstáculo é o ciclo orçamentário para 2005, que se encerra até dia 20 deste mês, fixando agora os limites do plano para o ano que vem.

Outro obstáculo, este de caráter mais estrutural, é a política econômica e de produção de superávit, que suga da área social muito das possibilidades de financiamento a políticas universalistas.

O Plano emerge num contexto de melhoria de indicadores econômicos e simultâneo ao fortalecimento político da equipe econômica do governo federal, que promete manter sua orientação estratégica. Para nós, do movimento de mulheres, isso significa que precisaremos, portanto, articular coesão em torno da luta do financiamento às políticas universais contidas no Plano, confrontando a política de certos setores do governo. E, ao mesmo tempo, alargar o debate político sobre a pertinência do Plano, conferindo sustentação ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher e à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, nesta disputa.

Na próxima edição do Articulando, a opinião de Fátima Oliveira, da Rede Feminista de Saúde, sobre o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, particularmente sobre a criação do grupo que debaterá a revisão da legislação sobre o aborto.

Onde você guarda seu racismo?

Lançada hoje, no Rio, pelo grupo *Diálogos contra o Racismo* a campanha "Onde você guarda o seu racismo?".

De acordo com Fernanda Carvalho, do Ibase, a idéia da campanha é provocar debates. Em entrevista a Flávia Mattar (www.ibase.br), Fernanda destaca: "A primeira coisa que gostaríamos, com a campanha, seria reproduzir o processo por que passamos no Diálogos. Foram três anos de discussão entre essas organizações, que têm atuação bastante diversa, que tratam de temáticas variadas. Foi um processo de diálogo para que conseguíssemos superar as nossas diferenças. Seria interessante que esse processo pudesse ser reproduzido em outras organizações, nas famílias, nas escolas etc. Achamos que, lançando a pergunta, as pessoas vão acabar fazendo esse questionamento nas salas de aula, na sala de jantar, nas empresas, possibilitando que o processo se reproduza. Esse já seria um grande progresso.

A campanha "Onde você guarda seu racismo" está sendo divulgada por 40 organizações da sociedade civil (entre as quais, a AMB), todas integrantes do Diálogos. Estará na TV, na última semana de dezembro. Também foram produzidos *spots* para rádio e material para circulação da campanha na Internet, em panfletos e outros instrumentos de mídia impressa.

Leia mais na seção CONtextos.

Raposa – Serra do Sol e Conceição das Criolas

Nesta edição, divulgamos os acontecimentos recentes ocorridos no Norte do país, atingindo os povos indígenas de Raposa – Serra do Sol (uma área de 1,65 milhão de hectares situada no estado de Roraima); e no Nordeste, ameaçando a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, localizada em Pernambuco.

Conceição das Criolas fica no município de Salgueiro (PE), a 500 km de Recife. É uma comunidade remanescente de quilombo criada no século 18 por seis escravas, tendo atualmente uma população de 4 mil habitantes. Foi reconhecida como área quilombola em 1988.

Também reconhecida em 1998, através de portaria expedida pelo Ministério da Justiça, a terra indígena de Raposa – Serra do Sol tem sido alvo de sucessivas disputas, desde então. A Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR, está exigindo do Estado brasileiro a punição imediata de todos os envolvidos nos crimes que atingiram o Povo Macuxi, no último 23 de novembro, quando foram invadidas, por vários homens armados, as malocas (aldeias) “Jawari”, “Brilho do Sol”, “Homologação” e “Insikiran”.

“Eram seis horas da manhã e eu estava deitada. Aí, o meu cunhado (que foi baleado) chegou correndo... quando olhei, o fogo já estava queimando as casas. Aí eu peguei o meu terçado! Eles pararam e me disseram: que mulher buchudinha braba! Um deles, disse que ia me matar. Aí eles tocaram fogo...” O relato é de uma das mulheres Macuxi, de 22 anos, grávida, casada, mãe de três filhas/os, que presenciou o ataque.

CRIOLAS

Apesar de as mulheres e homens de Conceição das Criolas terem recebido do governo federal, em 2000, o título de posse da terra – uma região de 17 mil hectares, que representa apenas 30% da área original – continua o processo de invasões por grileiros e os conflitos são constantes.

Em relato (seção CONtextos) a vereadora Givânia Silva, liderança da comunidade, descreve a ameaça mais recente: uma tentativa de incêndio criminoso para destruição da sede da Associação, ocorrida no último dia 11.

Frente a este contexto, a AMB se solidariza com a Comunidade de Conceição das Criolas e com a OMIR e o Núcleo de Mulheres de Roraima, que vem acompanhando e apoiando as indígenas. Além disso, conclama as organizações de mulheres e demais movimentos sociais a se mobilizarem em defesa dos direitos dos povos indígenas de Raposa - Serra do Sol e de todas/os as/os integrantes da comunidade quilombola Conceição das Criolas.

Veja fotos do atentado em Roraima, no sítio: www.articulacaodemulheres.org.br, a partir de quinta, 16.

Feministas e Beijing + 10

De 5 a 8 de deste mês, aconteceu, em Nova Jersey (EUA), uma reunião para definir estratégias globais para a incidência feminista na 49ª Sessão da Comissão sobre a Condição Jurídica e Política da Mulher (CSW, em inglês), no próximo ano, durante a qual se avaliará o cumprimento dos acordos subscritos pelos governos na Plataforma de Beijing (Beijing + 10, março de 2005, em Nova York).

Da América Latina, participaram: Nilza Iraci e Alejandra Sardá, como integrantes do Comitê Impulsor B+10 (latino-americano e caribenho). Leia mais no [site da AMB](#) (seção “Notícias da Semana”).

Você pode acompanhar a ação feminista no contexto de Beijing + 10 no sítio www.feministasbeijing10.org.uy/, onde também podem ser encontrados documentos e análises.

Mulheres em destaque –

Registramos com alegria a indicação de Deise Benedito (Fala Preta) ao Prêmio Santos Dias de Direitos Humanos. A premiação aconteceu no último dia 10, na Assembléia Legislativa de São Paulo.

CONtextos - Em carta aberta inicialmente dirigida ao Governo Federal, particularmente ao Ministério da Justiça e diversas autoridades ligadas ao Judiciário e ao Legislativo do país, a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR está mobilizando também organizações da sociedade civil para os graves acontecimentos de violência na terra indígena “Raposa – Serra do Sol”. Além deste documento, anexamos informe sobre posicionamento da Organização dos Estados Americanos (OEA) frente ao caso.

No terceiro anexo, trazemos o relato de ameaça sobre a comunidade Conceição das Criolas, em Pernambuco.

No quarto anexo, incluímos o Manual da Campanha: “Onde você guarda seu racismo.”